

“Banda larga não é só expandir a rede”

Para a economista Cláudia Viegas, o peso regulatório, especialmente na infraestrutura móvel, impede que a banda larga caminhe mais rapidamente no país.

Por Miriam Aquino

As projeções da LCA Consultoria apontam que, somente em 2021, o Brasil voltará ao PIB *per capita* de 2014 em um cenário ainda mais desafiador, já que enfrentará, pela primeira vez em sua história, o fim da independência de sua população. Haverá mais gente na faixa etária improdutiva (jovens e velhos) do que em idade produtiva. É com base nesse quadro futuro, e na avaliação do que entende ser os erros passados e presentes, que a diretora de Regulação Econômica da Consultoria, Cláudia Viegas, faz o alerta: para o Brasil mudar de patamar, tem que, de fato, colocar o setor de telecomunicações como eixo estratégico da política pública, sem cometer o erro de só pensar em expansão da rede de banda larga, com forte intervenção regulatória como fez até hoje.

Para ela, a saída é traçar um programa multisetorial, onde caminhem juntas a demanda e oferta de serviços, alinhadas aos esforços da União, estados e municípios. Onde houver desoneração tributária local é que deverão estar os programas federais de estímulos aos investimentos privados.

Anuário Tele.síntese: O Brasil tem uma expansão razoável da banda larga móvel, mas está atrás de vários países na América Latina e tem problemas de infraestrutura na banda larga fixa. Como você vê essa questão?

Cláudia Viegas: Temos focado em políticas públicas que fazem voos de galinha (decola e logo cai). Precisamos rentabilizar a infraestrutura. A infraestrutura é cara, seja móvel ou fixa e, se a gente não conseguir oferta e demanda crescendo juntas, a política não firmará o pé.

Anuário Tele.síntese: Quais são os problemas mais sérios do modelo brasileiro?

Cláudia: É preciso um foco mais “de mercado” e menos em obrigação de cobertura. Quando se pensa na banda larga móvel, o espectro é muito caro. De largada, o governo tem um modelo que sempre sai com ágio muito grande. Esse ágio é visto de uma maneira distorcida, pois o governo entende como um mercado atrativo, mas no fundo é uma barreira natural de entrada.

Anuário Tele.síntese: Essa relação oferta e demanda tem que ser criada pelo governo?

Cláudia: Sem essas duas coisas juntas, o governo vai ter que ser cada vez mais necessário. Colocar obrigações em que não exista neutralidade tecnológica, obrigações com metas muito arrojadas de velocidade faz com que o capital privado se rentabilize cada vez menos, obrigando o Poder Público a estar presente em regiões onde não precisaria estar. Tem coisas que o próprio mercado consegue resolver. Se ele estivesse atuando com menos restrições e com menos pesos regulatórios, possivelmente a gente teria um acesso mais barato nas regiões que são economicamente viáveis. Isso, por si só, geraria recursos para as regiões em que não há atratividade econômica.

Anuário Tele.síntese: A política pública feita até hoje visa a expansão da rede. Você acha que nesse momento é possível mudá-la?

Cláudia: Pensar só na expansão da rede talvez fizesse sentido no início. Naturalmente sempre vão se encontrar muros em todo e qualquer mercado, porque o mercado não é infinito. Ainda mais numa

“Pensar só na infraestrutura gera carência de sustentabilidade do negócio”

situação econômica como a gente está agora, de grande adversidade, pensar exclusivamente na infraestrutura gera uma carência muito grande de sustentabilidade do negócio. É preciso conseguir saltar barreiras. O Brasil está muito aquém quando se fala em consumo *per capita* ou consumo por cem habitantes.

Anuário Tele.síntese: Consumo per capita de internet?

Cláudia: O tamanho das bolas representa a população (ver gráficos). No eixo horizontal, a gente olha o acesso de banda larga fixa por 100 habitantes e, no vertical, PIB *per capita*. Quanto maior o PIB *per capita*, maior é o acesso. Conforme o tempo passa, esses países vão andando em bloco. E quem já está em um padrão superior, dispersa mais ainda. O esforço marginal de crescer, depois que se passa uma barreira, é marginalmente decrescente. Ou, é mais fácil expandir depois que já conseguiu chegar em um certo patamar. É isso que a gente tem que fazer para descolar desse grupo. Em 2014, continuamos

muito enfronhados no mesmo grupo. Mesmo o Brasil tendo escolhido banda larga como carro-chefe ao longo de vários anos, não consegue descolar. E foi no período de crescimento econômico, com a classe C bombando. E 2015 e 2016 são os piores anos da economia. Desde 1930, a gente não enxergera dois anos consecutivos com PIB negativo. Dois anos caindo assim, só em 1930 e 1931. Projetamos que, só em 2021, voltaremos ao PIB *per capita* que tínhamos em 2014. E, ao longo do período em que a economia cresceu (de 2006 a 2014), a gente não conseguiu sair do bolo de baixo.



Anuário Tele.síntese: Se a gente não conseguiu mudar esse cenário no crescimento econômico como vamos revertê-lo na crise?

Cláudia: A crise traz de bom a redução da tolerância. Se esse é um caminho que se mostra insuficiente, os investimentos vão gritar cada vez mais para que se tenha um olhar mais isonômico sobre as duas forças: oferta e demanda. Espera-se que no período de crise muito severa se comece a olhar com mais atenção para as variáveis de rentabilidade. E, ao se olhar a rentabilidade, consegue-se um caminho mais viável e sustentável do ponto de vista econômico.

Anuário Tele.síntese: Mas há uma demanda de banda larga no Brasil. A demanda existe.

Cláudia: O preço é uma barreira. E quais são os principais componentes desse preço? Itens regulatórios e questões tributárias. Se o preço fosse mais acessível, a gente teria mais acessos. Dados da PNAD mostram a sofisticação da cesta de consumo, com mais equipamentos passíveis de se conectarem à rede. A gente já supera duas barreiras importantes: ter infraestrutura disponível e ter consumidor com dispositivos móveis que sejam capazes de acessar serviço.

Anuário Tele.síntese: De qualquer forma, a velocidade é muito mais baixa no Brasil. Estamos falando de velocidades de 2, 3 Mbps.

Cláudia: Sim, é baixa e acho que vamos sempre esbarrar no custo dos serviços. Porque ninguém deixa

dinheiro na mesa. Se existe uma demanda reprimida, e as empresas já têm uma infraestrutura que teria condições de atender a essa demanda, elas não vão chegar lá por dois motivos: ou porque enfrentam alguma barreira regulatória ou é mesmo a barreira de preço.

Anuário Tele.síntese: A banda larga é um serviço privado, e mesmo assim você vê o peso regulatório?

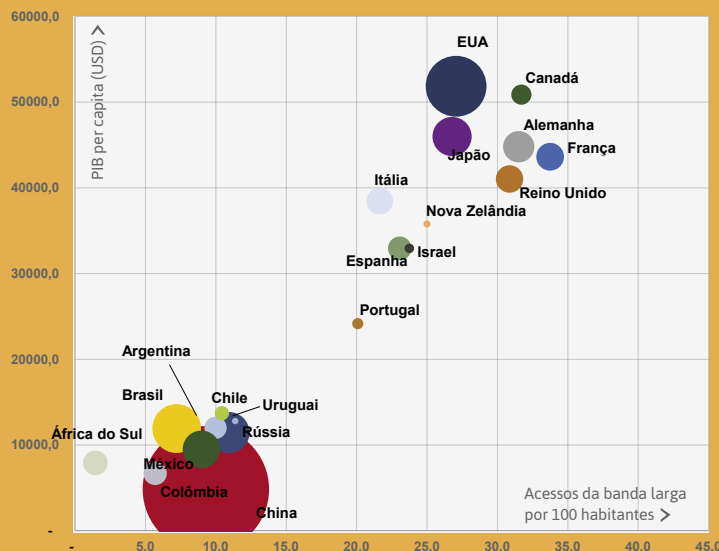
Cláudia: Há um peso muito grande no espectro, no uso da rede móvel e um olhar muito grande para a gestão do negócio. Quando a Anatel faz um leilão de espectro, ela tem regras muito minuciosas sobre o uso da tecnologia.

Anuário Tele.síntese: País em crise, poucos players interessados. Acha que as mudanças legais vão ajudar?

Cláudia: Em um momento de crise, temos que ter otimização dos poucos recursos que existem. Olhar para o contrato de concessão do STFC é um bom caminho, inclusive para sinalizar, de fato, se está disposto a aumentar investimento. E seria importante criar um alinhamento de incentivos entre a União, estados e municípios. Onde o ICMS cair, por exemplo, é lá que a União pode privilegiar um determinado programa ou uma determinada destinação de recursos. Ao fazer isso, alinham-se os incentivos todos na mesma direção. Baratear serviços e atrair investimentos. Esse problema é o que me aparece mais latente: se não juntar forças – União, estados e municípios na mesma direção –, a gente

Brasil:
7 acessos
a cada
100 habitantes

2010



Fonte: International Telecommunication Union (ONU), Banco Mundial

Brasil:
12 acessos
a cada
100 habitantes

2014

Fonte: International Telecommunication Union (ONU), Banco Mundial

não vai andar. Difícil está. Vai ficar mais difícil ainda quando não tiver, nos próximos anos, a alavanca que sempre tivemos, do mercado nacional.

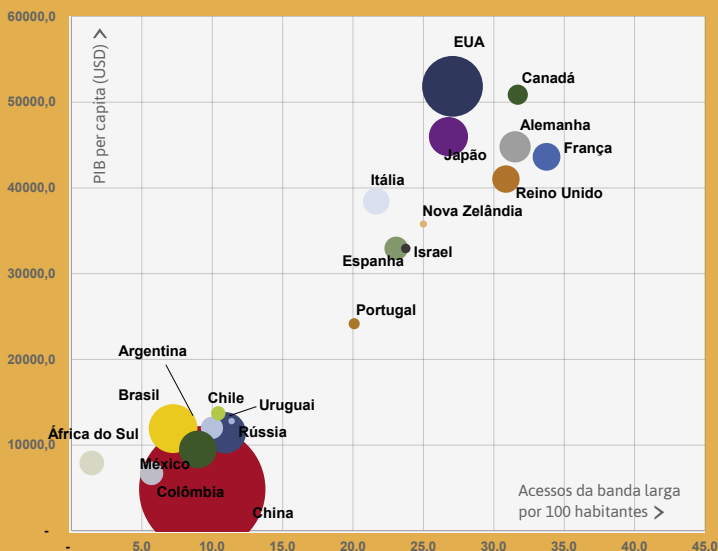
Anuário Tele.síntese: Você acha que em algum momento o acesso para de crescer?

Cláudia: Ele vai parar. O mercado não é infinito. Para a gente saltar de quadrante, que é uma mudança significativa, é preciso ter um olhar de mercado mais amplo, ou seja, o privado onde é possível e o público onde é necessário. Se houver um *overlapping* entre esses dois, vão se dissipar recursos.

Anuário Tele.síntese: Você acha que hoje isso acontece?

Cláudia: Há um papel pouco claro do que se quer para a Telebras. Coloca-se dinheiro e ela vai para um lado, vai para o outro. Isso vai ficar mais latente ainda com recursos cada vez mais escassos. Desenhar bem o papel de cada um é importante.

“É melhor definir incentivos incrementais do que uma meta muito ambiciosa”



Anuário Tele.síntese: E se os avanços forem poucos, você acha que o setor perde importância?

Cláudia: É um setor estratégico, por definição econômica. Tem a capacidade de alavancar muitos outros. Se nada for feito, vai ficando cada vez mais difícil recuperar um posicionamento relativo. Isso é muito sério, inclusive quando a gente olha para outro fator, que vai acontecer pela primeira vez em nossa história: uma inversão na razão de independência da população.

Anuário Tele.síntese: Isso quer dizer...

Cláudia: Isso quer dizer o seguinte: se a gente pegar a população com idade de 0 a 14 anos, somada com a população de mais de 60 anos, ou seja, a população que não está no mercado de trabalho, dividida pela população de 15 a 59 anos, o Brasil tem bônus demográfico. Tem mais pessoas entre 15 a 59 anos produzindo, do que pessoas que não estão produzindo. Essa razão de independência vai se inverter em 2020. Significa dizer que, além de precisar crescer, o país vai ter que crescer com menos capital humano produzindo. Essa equação só fecha se ganhar produtividade. Setores que ganham produtividade são os ligados a telecomunicações. Tudo que a gente não fez adequadamente aqui, como investir em educação, vai ter que ser feito um “intensivão” e aí, ferramentas de TICs são cruciais. Uma coisa é passar por uma crise econômica – bem ou mal já passamos por outras. Crise política, bem ou mal, uma hora passa. Agora, população envelhecida é para todo o sempre.

Anuário Tele.síntese: Como delinear políticas setoriais nesse quadro?

Cláudia: Um exemplo é a Austrália. Desenhou um plano que era altamente ambicioso tanto em metas de velocidades quanto em termos de abrangência. Ficou dois anos batendo cabeça em torno desse plano para chegar à conclusão de que, de fato, ele era extremamente ambicioso. Todo o plano foi revisado. É melhor ir dar incrementos marginais para todo mundo do que colocar uma meta extremamente ambiciosa, como se se pudesse reduzir desigualdade da noite para o dia. O melhor exemplo é o da Colômbia. O governo fez leilões reversos, demandou serviços de TICs e as empresas construíram as redes. A Colômbia mudou de patamar.